



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Sergipe está entre os seis Estados brasileiros – Acre, Amazonas, Maranhão, Pará e Rondônia – que correm o risco de ficar sem recurso federal para a merenda escolar porque o seu Conselho de Alimentação Escolar, órgão que monitora o uso do recurso, está irregular, com mandato vencido. Estados e prefeituras têm até o dia 30 para enviarem as prestações de contas das verbas repassadas em 2011 e 2012. As denúncias de irregularidades foram apontadas pelo Ministério da Educação (MEC) e indicam que pelo menos 13 Estados brasileiros investigam atualmente denúncias de desvio de recursos para aquisição de merenda escolar, de armazenamento inadequado e fornecimento insuficiente de alimentos para escolas.

Entre as irregularidades foram constatados indícios de sobrepreço e aquisição de alimentos sem licitação ou contratos de fornecimento. As irregularidades estão sendo apuradas pelos Ministérios Públicos Estaduais e Federais, e por fiscalizações da Controladoria Geral da União. Inquéritos foram abertos em mais de cinco Estados após investigação em São Paulo descobrir o que o MP chamou de “máfia da merenda”: um grupo de empresas que simularia licitações com ajuda de servidores públicos e secretários municipais. As denúncias são

investigadas em Estados como Paraná, Rio Grande do Norte, Maranhão, São Paulo, Rio de Janeiro, Roraima, Minas, Bahia e Pernambuco. Um caso de desperdício de merenda também veio à tona recentemente no Espírito Santo.

Procurada pela reportagem do JORNAL DA CIDADE, a secretária da Educação de Aracaju (Semed), Márcia Valéria, explica como está a situação do Conselho Municipal da Educação e afirma que o problema será resolvido antes que haja o corte de verbas federais para a alimentação escolar. “Nós detectamos que houve um abandono do antigo titular que assumiu a presidência do Conselho em 2011. Esse cidadão abandonou as suas funções de conselheiro. Por essa razão, a sua suplente assumiu a titularidade do seguimento. Em função disso, pelo que observamos, houve um lapso administrativo pelo próprio Conselho, em informar a tempo hábil à Secretaria de Educação da época que provocasse um decreto do então gestor municipal, dando titularidade a que era suplente, para que houvesse, então, um reestabelecimento dos componentes do Conselho”, informou.

#### Herança problemática

Segundo ela, como isso não foi feito na gestão anterior, a nova gestão observou que ha-

via uma vacância. “Apesar de o Conselho reconhecer a suplente como titular e tê-la eleita como presidente, oficialmente o município de Aracaju não identificava esta representante do Conselho. Então já encaminhamos para o gabinete do prefeito uma solicitação para que o prefeito, por decreto, reconheça a suplente como titular do seguimento e o próprio Conselho possa referendá-la como presidente a fim de cumprir o seu mandato até o final de 2014”, esclareceu.

De acordo com ela, assim que o prefeito assinar o decreto, o MEC reconhecerá o novo titular como presidente do Conselho e vai liberar a senha para que ele preste contas da aplicação dos recursos do programa de alimentação escolar. “A partir daí o município de Aracaju fica liberado para receber recursos”, garantiu. A secretária informou ainda que pode afirmar que a merenda escolar oferecida nas escolas da capital sergipana administradas pelo Município “têm elevado padrão de qualidade. A equipe de especialistas acompanha todos os itens de alimentação que as escolas recebem e o Conselho faz supervisão habitualmente em todas as escolas”, ressaltou.

Ela acrescentou que a alimentação fornecida pela prefeitura oferece um cardápio diferenciado em função das etapas

de ensino. Ou seja, as crianças assistidas pelas creches recebem cinco refeições por dia. “Já os alunos do Pré-Escolar têm uma alimentação especialmente para eles. Também tem uma merenda diferenciada para os alunos do Ensino Fundamental. Isso sem contar com o cardápio diferenciado que oferecemos para os alunos que frequentam o Projovem, que são trabalhadores e se alimentam em nossas escolas à noite. Inclusive, os filhos desses alunos do Projovem também recebem a refeição”, explicou.

Márcia Valéria disse que a dificuldade enfrentada pela Secretaria Municipal da Educação com relação à merenda escolar está no preenchimento das cerca de 200 vagas de merendeiras, que o sistema necessita. Um concurso público já foi feito e as pessoas aprovadas para o devido fim, na maioria dos casos, não estão preenchendo os requisitos e assumindo a função. Segundo ela, as profissionais que atuam nas escolas da rede passaram por uma capacitação para oferecerem uma alimentação de qualidade diariamente nas escolas.

“Mas o pessoal do último concurso que está sendo convocado desistiu por não ter experiência. E os que ficaram estão fazendo um curso de capacitação em parceria com a cozinha do Sesi, gradativamente até chegar ao último concursado a ser convocado”, explicou.

Sergipe pode perder recursos para compra de merenda